

SUMÁRIO

PARTE 1 – Fundamentos do direito administrativo, regime jurídico e estrutura da Administração Pública	41
TÍTULO I – FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E ELEMENTOS DOGMÁTICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO	41
Capítulo 1 – História e evolução do direito administrativo.....	41
1.1. Perspectiva internacional	42
1.1.1. Período romano antigo.....	42
1.1.2. Feudalismo.....	44
1.1.3. Direito administrativo na Inglaterra	45
1.1.4. Direito administrativo nos Estados Unidos.....	49
1.1.5. Direito administrativo na França.....	54
1.1.6. Direito administrativo na Itália.....	63
1.1.7. Direito administrativo na Alemanha.....	64
1.1.8. Direito administrativo na União Europeia.....	68
1.2. Perspectiva nacional	69
1.3. Direito administrativo contemporâneo no Brasil	78
1.3.1. Paradigmas atuais	78
1.3.2. Desafios futuros	83
1.4. Direito à boa administração	91
1.5. Direito administrativo global	96
Capítulo 2 – Conceito e objeto do direito administrativo.....	98
2.1. Critérios de definição do direito administrativo	98
2.1.1. Critério da Administração Pública.....	98
2.1.2. Escola do serviço público	100
2.1.3. Escola exegética	102
2.1.4. Critério do poder executivo	102
2.1.5. Critério teleológico.....	103
2.1.6. Critério residual ou negativo	103
2.1.7. Critério das relações jurídicas	103
2.1.8. Critério da administração pública.....	104
2.1.9. Sistematização dos conceitos – quadro esquemático	105
2.1.10. Nossa definição	105
2.2. Direito administrativo e direito da administração pública.....	108
2.3. Objeto do direito administrativo.....	109

Capítulo 3 – Fontes do direito administrativo	111
3.1. Norma jurídica.....	112
3.1.1. Constituição Federal.....	114
3.1.2. Leis	115
3.1.3. Tratados internacionais.....	116
3.1.4. Decretos autônomos	118
3.2. Jurisprudência	120
3.2.1. O papel do Conselho de Estado	121
3.2.1.1. Conselho de Estado francês.....	121
3.2.1.2. Conselho de Estado italiano.....	127
3.2.1.3. Conselho de Estado no Brasil	128
3.3. Precedente.....	128
3.4. Doutrina.....	133
3.5. Costume	134
Capítulo 4 – Direito administrativo e interesse jurídico.....	135
4.1. Diferenças e semelhanças.....	135
4.2. Interesse no processo administrativo	142
TÍTULO II – ORDEM JURÍDICO-ADMINISTRATIVA.....	147
Capítulo 5 – Regime jurídico-administrativo.....	147
5.1. Conceituação	147
5.2. Regime jurídico público e privado.....	149
5.3. Regimes jurídico-administrativos.....	152
5.3.1. Regime jurídico-administrativo romano-germânico (<i>civil law</i>).....	152
5.3.2. Regime jurídico-administrativo anglo-saxão (<i>common law</i>).....	154
5.3.3. Regime jurídico-administrativo brasileiro	155
5.3.4. Perspectivas contemporâneas	156
Capítulo 6 – PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.....	158
6.1. Introdução e natureza jurídica dos princípios.....	158
6.2. Princípios gerais do direito.....	163
6.3. Princípios administrativos.....	164
6.3.1. Natureza jurídica dos princípios administrativos	165
6.3.2. Conteúdo dos princípios administrativos	166
6.3.3. Eficácia dos princípios administrativos	168
6.3.4. Autonomia dos princípios administrativos em face da legalidade.....	169
6.4. Princípios administrativos expressos no art. 37, “caput”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	170
6.4.1. Princípio da legalidade.....	172
6.4.1.1. Considerações iniciais	172
6.4.1.2. Tipicidade, tipificação, conceito e tipo.....	173
6.4.1.3. Definições ao princípio da legalidade	176

6.4.1.4.	Lei.....	180
6.4.1.5.	Bloco de legalidade	182
6.4.1.6.	Legalidade: respeito à lei e ao direito – supremacia da lei.....	185
6.4.1.7.	Exceções ao princípio da legalidade ou à lei formal	187
6.4.1.8.	Legalidade e reserva de lei.....	192
6.4.1.9.	Legalidade e Estado de Direito.....	194
6.4.1.10.	Nível de detalhamento do princípio da legalidade.....	198
6.4.1.11.	Controle da legalidade.....	201
6.4.1.12.	Evolução e perspectiva contemporânea da legalidade.....	203
6.4.2.	Princípio da impessoalidade	208
6.4.2.1.	Conceito e elementos dogmáticos do princípio da impessoalidade.....	208
6.4.2.2.	Princípio da impessoalidade no direito estrangeiro.....	209
6.4.2.3.	Fundamentos ao princípio da impessoalidade	210
6.4.2.4.	Efeitos do princípio da impessoalidade	213
6.4.3.	Princípio da moralidade.....	215
6.4.3.1.	Percurso da construção do princípio da moralidade administrativa.....	216
6.4.3.2.	Interpretação do princípio da moralidade – definição de seu conteúdo	224
6.4.3.2.1.	Primeira pergunta – a moralidade administrativa confunde-se com a moralidade comum?.....	225
6.4.3.2.2.	Segunda pergunta – a moralidade administrativa possui autonomia para com o princípio da legalidade?	226
6.4.3.2.3.	Moralidade administrativa e abuso de direito.....	233
6.4.3.2.4.	Moralidade como “superprincípio”	235
6.4.3.2.5.	Moralidade e probidade administrativas.....	236
6.4.3.2.6.	Outras concepções do princípio da moralidade.....	237
6.4.3.2.7.	Síntese conclusiva	238
6.4.4.	Princípio da publicidade.....	242
6.4.4.1.	Objetivos e efeitos do princípio da publicidade	246
6.4.4.2.	Formas de publicidade	246
6.4.4.3.	Níveis de publicidade.....	250
6.4.4.3.1.	Conteúdo formal.....	250
6.4.4.3.2.	Conteúdo material ou substancial.....	251
6.4.4.4.	O princípio da publicidade no direito positivo	253
6.4.4.5.	Relativização da publicidade dos atos administrativos.....	256
6.4.5.	Princípio da eficiência	259
6.4.5.1.	Antecedentes.....	259
6.4.5.2.	Perspectiva internacional.....	260
6.4.5.3.	Perspectiva nacional.....	262
6.4.5.4.	Conteúdo do princípio da eficiência.....	264

6.4.5.5.	Eficiência, eficácia e efetividade.....	269
6.4.5.6.	Mecanismos para a implementação do princípio da eficiência ..	269
6.4.5.6.1.	Agência executiva e contrato de gestão ou de desempenho	272
6.5.	Princípios administrativos implícitos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	274
6.5.1.	Princípio da indisponibilidade do interesse público	275
6.5.1.1.	Interesse público.....	275
6.5.1.1.1.	Primeiras considerações: interesse público primário e secundário	276
6.5.1.1.2.	Outras considerações sobre o interesse público.....	277
6.5.1.1.3.	Conclusões parciais	287
6.5.1.2.	Princípio da indisponibilidade	288
6.5.1.2.1.	Implicações práticas.....	290
6.5.1.2.2.	Uso da arbitragem nos negócios jurídicos-administrativos	292
6.5.1.3.	“Princípio da supremacia do interesse público”	296
6.5.1.4.	Fixação de elementos dogmáticos – síntese conclusiva	301
6.5.2.	Princípio da igualdade.....	303
6.5.3.	Princípio da razoabilidade e/ou da proporcionalidade	309
6.5.3.1.	Antecedentes históricos.....	309
6.5.3.2.	Conteúdo da razoabilidade	315
6.5.3.2.1.	Perspectiva norte-americana	315
6.5.3.2.2.	Perspectiva brasileira	317
6.5.4.	Princípio da participação.....	319
6.5.4.1.	Conceito.....	319
6.5.4.2.	Concretização do princípio da participação por meio de vários dispositivos constitucionais	319
6.5.4.3.	Manifestações do princípio da participação no direito estrangeiro.....	321
6.5.4.4.	“Efeitos colaterais” do princípio da participação.....	322
6.5.4.5.	Formas de participação	322
6.5.4.6.	Perspectiva contemporânea acerca do princípio da participação.....	323
6.5.5.	Princípio da segurança jurídica.....	325
6.5.5.1.	Sentido objetivo	328
6.5.5.2.	Sentido subjetivo	329
6.6.	Princípios administrativos expressos na legislação	332
TÍTULO III – ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AGENTES PÚBLICOS E PROIBIÇÃO ADMINISTRATIVA.....		335
Capítulo 7 – Administração Pública.....		335
7.1.	Premissas teóricas	335
7.1.1.	Sentidos, noções ou concepções do termo “administração pública”	335

7.1.2.	Administração pública e governo	338
7.1.3.	Estado e Administração Pública	339
7.2.	Estrutura orgânica da Administração Pública	341
7.2.1.	Entidades ou pessoas jurídicas da Administração Pública.....	341
7.2.2.	Órgãos públicos	343
7.2.2.1.	Teorias que explicam o órgão.....	344
7.2.2.2.	Características do órgão público	347
7.2.2.3.	Espécies de órgãos públicos	348
7.2.2.4.	Teoria da personificação do órgão.....	350
7.2.2.5.	Criação de órgãos públicos – desconcentração ou especialização.....	351
7.2.3.	Formas estruturais da Administração Pública.....	352
7.3.	Administração Pública direta e indireta.....	357
7.3.1.	Relação entre os entes da Administração direta e indireta – poder de tutela, controle técnico, controle finalístico ou controle ministerial.....	358
7.3.2.	Administração Pública direta.....	359
7.3.3.	Administração Pública indireta	361
7.3.3.1.	Criação de entidades da Administração Pública indireta – descentralização.....	362
7.3.3.2.	Espécies de entidades da Administração Pública indireta.....	363
7.3.3.2.1.	Autarquia.....	364
7.3.3.2.1.1.	Conceito e natureza jurídica da autarquia	364
7.3.3.2.1.2.	Espécies de autarquia.....	366
7.3.3.2.1.3.	Agências reguladoras	375
7.3.3.2.1.3.1.	Origem das agências reguladoras no exterior	375
7.3.3.2.1.3.2.	Origem e características das agências reguladoras no Brasil.....	377
7.3.3.2.1.3.3.	Requisitos para ser membro de Conselho Diretor ou de Diretoria da Agência Reguladora.....	381
7.3.3.2.1.3.4.	Natureza jurídica das agências reguladoras.....	383
7.3.3.2.1.3.5.	Autonomia da agência reguladora....	383
7.3.3.2.1.3.6.	Funções das agências reguladoras...	385
7.3.3.2.1.3.7.	Espécies de agência reguladora	388
7.3.3.2.2.	Fundação pública.....	389
7.3.3.2.2.1.	Conceito de fundação pública	390
7.3.3.2.2.2.	Natureza jurídica da fundação pública	390
7.3.3.2.3.	Empresas estatais.....	392
7.3.3.2.3.1.	Exploração de atividade econômica pelo Estado ou intervenção direta na economia	393

7.3.3.2.3.2. Criação de empresas estatais e de subsidiárias	395
7.3.3.2.3.3. Licitações das empresas estatais	396
7.3.3.2.3.4. Regime de pessoal das empresas estatais	397
7.3.3.2.3.5. Extinção das empresas estatais	402
7.3.3.2.3.6. Controle das empresas estatais	403
7.3.3.2.3.7. Prerrogativas de Fazenda Pública aplicadas à determinadas empresas estatais	404
7.3.3.2.3.8. Empresa pública	406
7.3.3.2.3.9. Sociedade de economia mista.....	407
7.3.3.2.3.10. Empresa ou sociedade controlada pela Administração Pública.....	410
7.3.3.2.4. Associações constituídas a partir de consórcios públicos	411
7.3.3.2.4.1. Conceito de associação derivada de consórcio público.....	412
7.3.3.2.4.2. Espécies de associação derivada de consórcio público.....	413
7.3.3.2.4.3. Procedimento de constituição da associação derivada de consórcio público	416
7.3.3.2.4.4. Prerrogativas da associação derivada do contrato de consórcio público ...	417
7.3.3.2.4.5. Extinção do consórcio ou a retirada de um dos seus membros.....	418
Capítulo 8 – Agentes públicos.....	419
8.1. Conceito e elementos de agente público	419
8.2. Relação jurídica do agente público para com o Estado e investidura.....	421
8.3. Agente ou funcionário público de fato	423
8.4. Classificação dos agentes públicos.....	424
8.4.1. As várias classificações de agentes públicos.....	425
8.4.2. A nossa classificação	427
8.5. Agentes políticos.....	429
8.6. Militares	431
8.6.1. Classificação e espécies de militares	431
8.6.2. Estatuto das corporações militares.....	431
8.6.3. Patentes militares.....	432
8.6.4. Vedações constitucionais aos militares	433
8.7. Particulares em colaboração	434
8.8. Agentes administrativos.....	436
8.8.1. Contratação temporária ou por tempo determinado.....	437

8.8.1.1.	Conceito.....	437
8.8.1.2.	Requisitos à contratação temporária.....	438
8.8.1.3.	Direitos dos contratados temporariamente.....	440
8.8.1.4.	Competência para julgamento	440
8.8.2.	Servidor público detentor de emprego público	442
8.8.3.	Servidor público detentor de cargo público.....	445
8.8.3.1.	Cargo de confiança, cargo em comissão ou cargo não estável ..	446
8.8.3.1.1.	Conceito.....	446
8.8.3.1.2.	Requisitos para a criação	447
8.8.3.1.3.	Diferenças para com a Função Gratificada ou Função de Con- fiança.....	448
8.8.3.2.	Cargo de provimento efetivo.....	449
8.8.4.	Acumulação de cargos e de empregos públicos.....	450
8.8.4.1.	Possibilidades de acumulação de cargos ou empregos públi- cos.....	450
8.8.4.2.	Requisitos à acumulação de cargos ou empregos públicos	452
8.8.4.3.	Providências quando há a acumulação indevida	452
8.8.5.	Regime jurídico único.....	453
8.8.6.	Regime jurídico dos servidores públicos estatutários civis.....	455
8.8.6.1.	Institutos relativos ao regime estatutário civil.....	455
8.8.6.2.	Formas de provimento de cargos públicos – acesso aos cargos públicos.....	461
8.8.6.2.1.	Acesso aos cargos públicos por brasileiros e estran- geiros.....	462
8.8.6.2.2.	Provimento originário – nomeação.....	463
8.8.6.2.3.	Provimentos derivados	467
8.8.6.2.4.	Posse e exercício	472
8.8.6.3.	Concurso público.....	474
8.8.6.3.1.	Evolução histórica.....	474
8.8.6.3.2.	Conceito	476
8.8.6.3.3.	Fases do concurso público	477
8.8.6.3.4.	Critérios de seleção	478
8.8.6.3.5.	Prazo de validade e prorrogação de concurso público..	487
8.8.6.3.6.	Número de vagas oferecidas no edital e direito à no- meação.....	488
8.8.6.3.7.	Comissão do concurso público.....	491
8.8.6.3.8.	Edital do concurso público.....	492
8.8.6.3.9.	Contratação violando a obrigatoriedade de se perfazer concurso público	494
8.8.6.4.	Estágio probatório e estabilidade.....	494
8.8.6.5.	Sistema remuneratório	497
8.8.6.5.1.	Sistema de remuneração ou vencimento.....	498

8.8.6.5.2. Sistema de subsídio	500
8.8.6.5.3. Proibição de vinculação ou de equiparação de remunerações	500
8.8.6.5.4. Revisão anual das remunerações dos servidores públicos	502
8.8.6.5.5. Irredutibilidade de vencimentos.....	503
8.8.6.5.6. Valores recebidos indevidamente.....	505
8.8.6.6. Teto remuneratório	507
8.8.6.6.1. Limites impostos pelo teto remuneratório	508
8.8.6.6.2. Quem se submete ao teto remuneratório.....	509
8.8.6.6.3. O que se inclui no limite do teto remuneratório	510
8.8.6.7. Direito de greve do servidor público estatutário.....	510
8.8.6.8. Formas de vacância de cargo público – desligamento do servidor público	511
8.8.6.9. Proibição de nepotismo.....	512
8.8.6.10. Responsabilidade do servidor público estatutário	514
8.8.6.10.1. Proibições e deveres dos servidores públicos	515
8.8.6.10.2. Penas disciplinares aplicadas aos servidores públicos	515
8.8.6.10.3. Prescrição das penas disciplinares.....	518
8.8.6.10.4. Processo administrativo disciplinar	519
8.8.7. Regime próprio de previdência	527
8.8.7.1. Introdução à seguridade social.....	527
8.8.7.2. Aposentadoria e pensão.....	530
8.8.7.3. Evolução do regime próprio de previdência.....	531
8.8.7.4. Regime de previdência complementar	534
8.8.7.5. Perspectiva contemporânea do regime próprio de previdência.	535
Capítulo 9 – Probidade administrativa.....	536
9.1. Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92.....	539
9.1.1. Previsão normativa.....	539
9.1.2. Conceito de improbidade administrativa e natureza jurídica.....	542
9.1.2.1. Conceito.....	542
9.1.2.2. Lei nº 8.429/92 faz parte de um sistema	543
9.1.2.3. Natureza jurídica.....	544
9.1.3. Princípios que regem a Lei de Improbidade Administrativa.....	544
9.1.4. Bens jurídicos protegidos pela Lei de Improbidade Administrativa.....	546
9.1.5. Teoria da independência relativa de esferas.....	547
9.1.6. Sujeito passivo do ato de improbidade – vítima do ato – quem pode sofrer o ato	554
9.1.7. Sujeito ativo do ato de improbidade – autor do ato – quem pode praticar o ato.....	556
9.1.7.1. Pessoa jurídica	559

9.1.7.2.	Sucessores (herdeiros) do agente que cometeu ato de improbidade ou diante de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária.....	560
9.1.7.3.	Agentes políticos	563
9.1.8.	Tipos ou infrações que caracterizam atos de improbidade.....	564
9.1.8.1.	Enriquecimento ilícito derivado de vantagem indevida.....	564
9.1.8.2.	Lesão ao erário.....	565
9.1.8.3.	Violação aos princípios.....	566
9.1.9.	Premissas hermenêuticas ou fatos que devem ou não devem ser consideradas na decisão de uma ação de improbidade.....	569
9.1.10.	Sistema probatório nas ações de improbidade.....	572
9.1.11.	Penas pela prática de ato de improbidade administrativa	573
9.1.11.1.	Espécies de penas.....	573
9.1.11.2.	Aplicação e gradação das penas	574
9.1.11.2.1.	Aplicação das penas.....	575
9.1.11.2.2.	Gradação ou individualização das penas	576
9.1.11.2.3.	Impossibilidade de execução de penas antes do trânsito em julgado	581
9.1.11.2.4.	Espécies de pena	581
9.1.11.2.4.1.	Perda da função pública	581
9.1.11.2.4.2.	Multa	582
9.1.11.2.4.3.	Proibição de contratar com a Administração Pública.....	582
9.1.11.2.4.4.	Ressarcimento do dano.....	583
9.1.11.2.4.5.	Suspensão de direitos políticos.....	583
9.1.11.2.4.6.	Penas aplicadas às pessoas jurídicas	584
9.1.11.2.5.	Bagatela ou insignificância.....	584
9.1.12.	Elemento subjetivo da improbidade administrativa.....	585
9.1.12.1.	Evolução	585
9.1.12.2.	Elementos constitutivos do dolo na improbidade administrativa.....	586
9.1.12.3.	Impossibilidade de punição por divergência de interpretação – “ilícito de hermenêutica”	590
9.1.13.	Aspectos processuais da improbidade administrativa.....	590
9.1.13.1.	Competência jurisdicional para conhecer a ação de improbidade administrativa.....	590
9.1.13.2.	Legitimidade ativa nas ações de improbidade administrativa....	593
9.1.13.3.	Defesa do acusado pela Advocacia Pública.....	593
9.1.13.4.	Rito processual das ações de improbidade administrativa	594
9.1.13.5.	Petição inicial	594
9.1.13.6.	Sucessão de atos processuais	596
9.1.13.7.	Decisão final.....	601

9.1.13.8.	Acordo de não persecução cível.....	601
9.1.14.	Medidas cautelares na ação de improbidade administrativa	604
9.1.14.1.	Indisponibilidade de bens.....	605
9.1.14.2.	Afastamento cautelar das funções.....	614
9.1.15.	Prescrição da pretensão punitiva em casos de improbidade administrativa	614
9.1.15.1.	Prescrição da ação de improbidade	614
9.1.15.2.	Prazos para investigação dos atos de improbidade administrativa	616
9.1.15.3.	Imprescritibilidade da reparação do dano – art. 37, § 5º, da CF/88.....	617
9.2.	Lei anticorrupção – Lei nº 12.846/13	619
9.2.1.	Natureza jurídica da Lei nº 12.846/2013.....	619
9.2.2.	Âmbito de incidência da Lei nº 12.846/2013	620
9.2.3.	Objeto da Lei Anticorrupção.....	621
9.2.4.	Sujeito ativo – aquele que pratica o ato ilícito.....	621
9.2.5.	Sujeito passivo – aquele que sofre o ato ilícito.....	622
9.2.6.	Regime de responsabilidade adotado pela Lei nº 12.846/2013	622
9.2.7.	Atos ilícitos – tipificação	624
9.2.8.	Procedimento administrativo da Lei Anticorrupção	625
9.2.9.	Procedimento judicial da Lei Anticorrupção	628
9.2.10.	Penalidades aplicáveis pela Lei Anticorrupção.....	629
9.2.10.1.	Penas administrativas	629
9.2.10.2.	Penas judiciais.....	631
9.2.11.	Acordo de leniência previsto da Lei Anticorrupção	632
9.2.12.	Prescrição dos atos puníveis pela Lei Anticorrupção	634
9.2.13.	Programa de integridade ou <i>compliance</i>	635
PARTE 2 – Relações jurídico-administrativas unilaterais e os meios de controle		639
TÍTULO I – DIREITO SUBJETIVO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA		639
Capítulo 10 – Direito subjetivo no âmbito do direito administrativo		639
10.1.	Introdução	639
10.2.	Direito subjetivo	640
10.2.1.	Conceituação quanto ao objeto tutelado	640
10.2.2.	Conceituação quanto à finalidade	641
10.2.3.	Conceituação quanto à justificação	641
10.3.	Direito subjetivo e direito objetivo	641
10.4.	Direito subjetivo e direito potestativo	646
10.5.	Direito público subjetivo.....	647
10.6.	Direitos subjetivos do Estado.....	649
10.7.	Redução do problema aos limites da competência administrativa	651

10.8. Direitos debilitados.....	653
10.9. Reflexões complementares	654
Capítulo 11 – ESTADO E FUNÇÃO ADMINISTRATIVA.....	654
11.1. Introdução	654
11.2. Função	658
11.3. Função pública	659
11.3.1. Sentido amplo	660
11.3.2. Sentido estrito	660
11.3.3. Sentido super-restrito	661
11.4. Função administrativa.....	662
11.4.1. Critério residual (negativista).....	665
11.4.2. Critério subjetivo ou orgânico.....	665
11.4.3. Critério objetivo ou funcional	666
11.4.3.1. Critério objetivo-material.....	666
11.4.3.2. Critério objetivo-formal	669
11.4.4. Nossa definição	669
Capítulo 12 – Funções administrativas específicas	675
12.1. Considerações sobre o exercício das funções administrativas	675
12.2. Poder Executivo e função administrativa	679
12.3. Prerrogativas ou potestades administrativas.....	681
12.4. Teoria dos poderes implícitos.....	682
12.5. A Teoria do “poder-dever” ou do “dever-poder”	682
12.6. Classificação das funções administrativas.....	683
12.7. Funções introversas	684
12.7.1. Função hierárquica.....	686
12.7.1.1. Conceito de função hierárquica	687
12.7.1.2. Faculdades advindas da função hierárquica.....	689
12.7.1.3. Dever e excludentes da função hierárquica.....	690
12.7.1.4. Características da função hierárquica	690
12.7.2. Função disciplinar	691
12.7.2.1. Conceito e objeto da função disciplinar	691
12.7.2.2. Exercício da função disciplinar	691
12.7.2.3. Princípio da intranscendência na aplicação de penas administrativas.....	693
12.8. Funções extroversas	693
12.8.1. Função de polícia.....	694
12.8.1.1. Antecedentes históricos.....	694
12.8.1.2. Conceito de função de polícia	696
12.8.1.3. Objeto da função de polícia	697
12.8.1.4. Atuação de polícia	700

12.8.1.5.	Características da função de polícia.....	701
12.8.1.6.	Classificação e espécies de função de polícia	702
12.8.1.6.1.	Quanto à especificidade ou generalidade	702
12.8.1.6.2.	Quanto ao momento em que atua	703
12.8.1.7.	Titulares do exercício da função de polícia.....	704
12.8.1.8.	Delegação do exercício da função de polícia a particulares	705
12.8.1.8.1.	Exercício dos atos materiais de polícia por particula- res.....	706
12.8.1.8.2.	Exercício dos atos de polícia por particulares	706
12.8.1.9.	Distinções necessárias para com a função de polícia.....	709
12.8.1.9.1.	Distinção da função de polícia e o direito de vizinhan- ça.....	709
12.8.1.9.2.	Diferença da função de polícia e o serviço público	710
12.8.1.9.3.	Diferença ente polícia judiciária e administrativa	711
12.8.2.	Função regulamentar	713
12.8.2.1.	Precisões semântico-dogmáticas sobre o tema	713
12.8.2.2.	Conceito de função regulamentar	716
12.8.2.3.	Natureza jurídica.....	717
12.8.2.4.	Limites à função regulamentar	718
12.8.2.5.	Exercício da função regulamentar	721
12.8.2.5.1.	Regulamentação secundum legem – regulamentos executivos	723
12.8.2.5.2.	Regulamentação intra legem – regulamentos dele- gados ou autorizados	725
12.8.2.5.3.	Regulamentação praeter legem – regulamentos au- tônomos	731
12.8.2.5.4.	Síntese conclusiva.....	734
12.8.2.6.	Manifestações concretas da função regulamentar – espécies de atos normativos infralegais.....	735
12.8.2.6.1.	Decreto e regulamento.....	735
12.8.2.6.2.	Resolução.....	737
12.8.2.6.3.	Instrução	737
12.8.2.6.4.	Portaria.....	738
12.8.2.6.5.	Deliberação.....	738
12.8.2.6.6.	Regimento	738
12.8.2.7.	Função regulamentar no direito estrangeiro	739
TÍTULO II – RELAÇÕES JURÍDICAS UNILATERAIS.....		743
Capítulo 13 – Ato administrativo.....		743
13.1.	Introdução ao ato administrativo.....	743
13.2.	Inserção do ato administrativo nos domínios do fato jurídico <i>lato sensu</i>	744
13.2.1.	Princípio da relatividade do suporte fático.....	749

13.2.2.	Fato administrativo ou fato jurídico <i>stricto sensu</i>	750
13.2.3.	Ato administrativo como categoria do ato jurídico <i>stricto sensu</i>	752
13.3.	Silêncio administrativo	754
13.3.1.	Silêncio administrativo no direito estrangeiro	755
13.3.2.	Natureza jurídica e efeitos do silêncio administrativo	756
13.3.3.	Perspectiva contemporânea acerca do silêncio administrativo.....	760
13.3.4.	O direito de injunção administrativa e soluções brasileiras à omissão administrativa.....	762
13.3.5.	Exemplos de silêncio administrativo no sistema jurídico brasileiro	764
13.4.	Atos administrativos e atos da administração.....	766
13.4.1.	Espécies de atos da Administração – não são atos administrativos – margem negativa.....	767
13.4.1.1.	Atos legislativos e judiciais	768
13.4.1.2.	Atos políticos ou atos de governo	768
13.4.1.2.1.	Evolução e desenvolvimento do ato político ou de governo	769
13.4.1.2.2.	Elementos dogmáticos e conceituação dos atos políticos ou de governo.....	776
13.4.1.3.	Atos de gestão ou atos regidos pelo direito privado e praticados pela Administração Pública	778
13.4.1.4.	Atos materiais – mera operacionalização	781
13.4.1.5.	Atos regulamentares.....	783
13.4.1.5.1.	Atos administrativos intermediários	786
13.4.1.6.	Contratos administrativos	787
13.5.	Conceituação dos atos administrativos	788
13.5.1.	Conceitos encontrados na doutrina em geral.....	788
13.5.2.	Estruturação dogmática dos pressupostos do conceito de ato administrativo – margem positiva	798
13.5.2.1.	Ato administrativo é ato jurídico <i>stricto sensu</i>	800
13.5.2.2.	Exercício da função administrativa	801
13.5.2.3.	Unilateralidade do ato administrativo	801
13.5.2.4.	Concretude	802
13.5.2.5.	Expedido no uso das prerrogativas públicas.....	803
13.5.2.6.	Praticado pelo Estado ou por quem lhe faça as vezes.....	803
13.5.2.7.	Implementação do interesse público	803
13.5.2.8.	Sujeição a um regime jurídico-administrativo	804
13.5.3.	Síntese conclusiva – encaminhamento de um conceito de ato administrativo	804
13.6.	Elementos do ato administrativo.....	806
13.6.1.	Competência ou sujeito.....	808
13.6.1.1.	Conceito.....	808
13.6.1.2.	Competência e capacidade do agente público.....	812
13.6.1.3.	Classes de competências – limitações	813
13.6.1.4.	Teoria do paralelismo das competências	815

13.6.1.5.	Vício de competência – a incompetência.....	815
13.6.1.5.1.	Espécies de vício de competência – espécies de incompetência.....	816
13.6.1.5.2.	Excesso de poder.....	817
13.6.1.6.	Modificação das competências administrativas.....	818
13.6.1.6.1.	Delegação de competência.....	819
13.6.1.6.1.1.	Espécies de delegação.....	822
13.6.1.6.1.2.	Competências indelegáveis.....	823
13.6.1.6.1.3.	Subdelegação.....	824
13.6.1.6.2.	Avocação de competência.....	826
13.6.1.6.3.	Circunstâncias excepcionais que modificam a competência.....	827
13.6.1.7.	Suspensão provisória da competência.....	828
13.6.2.	Forma.....	828
13.6.2.1.	Formalidade.....	830
13.6.2.1.1.	Formalidade e procedimento.....	832
13.6.2.2.	Forma: elemento discricionário ou vinculado?.....	832
13.6.2.3.	Vícios da forma.....	834
13.6.2.3.1.	Classificação da forma quanto ao vício jurídico.....	836
13.6.2.4.	Teoria do paralelismo das formas.....	837
13.6.3.	Finalidade.....	838
13.6.3.1.	Desvio de finalidade ou de poder.....	839
13.6.3.1.1.	Perspectiva estrangeira.....	840
13.6.3.1.2.	Perspectiva brasileira.....	844
13.6.3.1.3.	Síntese conclusiva – perspectiva contemporânea.....	845
13.6.3.1.4.	Desvio de finalidade específico ou genérico.....	854
13.6.3.1.5.	Desvio de finalidade e controle de constitucionalidade.....	855
13.6.3.1.6.	Desvio de finalidade por omissão.....	856
13.6.3.1.7.	A intenção no desvio de finalidade – móvel do ato administrativo.....	856
13.6.3.1.8.	Prova do desvio de finalidade.....	857
13.6.4.	Motivo.....	858
13.6.4.1.	Pressupostos do motivo do ato administrativo e erro de fato ou de direito.....	860
13.6.4.2.	Defeito no elemento motivo.....	862
13.6.4.3.	Controle judicial dos motivos do ato administrativo.....	863
13.6.4.4.	Teoria dos motivos determinantes.....	865
13.6.4.5.	Motivação.....	867
13.6.4.5.1.	Motivação referida ou aliunde.....	872
13.6.4.5.2.	Motivação: um problema de forma ou de conteúdo?.....	872

13.6.4.5.3. Obrigatoriedade ou não de se motivar todos os atos administrativos.....	872
13.6.4.6. Móvel do ato administrativo	878
13.6.5. Objeto	879
13.7. Prerrogativas e sujeições administrativas, atributos ou características do ato administrativo.....	881
13.7.1. Presunção de legitimidade	884
13.7.1.1. Finalidades da presunção de legitimidade.....	886
13.7.1.2. Efeitos da presunção de legitimidade	888
13.7.1.3. Desnecessidade de previsão expressa	890
13.7.2. Imperatividade	891
13.7.2.1. Atos administrativos sem imperatividade.....	892
13.7.2.2. Perspectiva contemporânea.....	893
13.7.3. Autoexecutoriedade	894
13.7.3.1. Executoriedade e exigibilidade	895
13.7.3.2. Conceito.....	897
13.7.3.3. Elementos dogmáticos da autoexecutoriedade.....	899
13.7.3.4. Autoexecutoriedade e descumprimento da lei.....	901
13.7.3.5. <i>Judicialização ou processualidade da autoexecutoriedade.....</i>	<i>902</i>
13.8. Classificação dos atos administrativos	903
13.8.1. Critério do sentido do ato – ato administrativo material ou formal.....	904
13.8.2. Critério do regime jurídico – ato administrativo de império, de gestão ou de expediente.....	904
13.8.3. Critério dos destinatários – ato administrativo geral ou individual.....	907
13.8.4. Critério do âmbito de repercussão – ato administrativo interno ou externo	909
13.8.5. Critério dos tipos de efeitos – ato administrativo constitutivo, declaratório ou enunciativo.....	910
13.8.6. Critério da duração dos efeitos – ato administrativo instantâneo ou continuado	911
13.8.7. Critério dos efeitos do ato em relação ao cidadão – ato administrativo ampliativo ou ablativo.....	911
13.8.8. Critério da exequibilidade – ato administrativo perfeito, imperfeito, pendente ou consumado	913
13.8.9. Critério do ajuste de vontades – ato administrativo negocial ou não negocial.....	914
13.8.10. Critério da competência – ato administrativo discricionário e vinculado	915
13.8.11. Critério da natureza da atividade – ato administrativo ativo, consultivo, verificador ou contencioso.....	916
13.8.12. Critério da forma – ato administrativo escrito ou verbal.....	917
13.8.13. Critério da originalidade do objeto – ato administrativo primário ou secundário	917
13.8.14. Critério da natureza da relação – ato administrativo de subordinação ou de coordenação	918

13.8.15. Critério da existência – ato administrativo integrado ou incompleto	918
13.8.16. Critério da validade – ato administrativo válido, inválido ou validável	918
13.8.17. Critério da presença de eficácia – ato administrativo eficaz ou ineficaz.....	919
13.8.18. Critério da estrutura – ato concreto, abstrato ou misto	919
13.8.19. Critério da formação – ato administrativo simples, complexo ou composto	922
13.8.19.1. Início do prazo de decadência no ato administrativo complexo e composto – início do aperfeiçoamento do ato	926
13.8.19.2. Atos de verificação dos tribunais de contas.....	926
13.8.19.3. Vícios jurídicos nos atos administrativos complexos	927
13.9. Espécies de atos administrativos	928
13.9.1. Atos administrativos enunciativos	929
13.9.1.1. Apostila.....	930
13.9.1.2. Atestado.....	931
13.9.1.3. Certidão	931
13.9.1.4. Visto.....	932
13.9.1.5. Informação	932
13.9.1.6. Parecer.....	933
13.9.1.6.1. O parecer seria verdadeiro ato administrativo?	934
13.9.1.6.2. Estrutura e forma do parecer	935
13.9.1.6.3. Espécies de parecer	937
13.9.1.6.3.1. Parecer facultativo	938
13.9.1.6.3.2. Parecer obrigatório ou necessário.....	938
13.9.1.6.3.3. Parecer vinculante.....	938
13.9.1.6.3.4. Parecer normativo.....	939
13.9.1.6.4. Responsabilidade dos pareceristas	940
13.9.2. Atos administrativos negociais.....	943
13.9.2.1. Admissão	946
13.9.2.2. Aprovação.....	947
13.9.2.3. Homologação.....	947
13.9.2.4. Visto.....	948
13.9.2.5. Registro	948
13.9.2.6. Licença	948
13.9.2.7. Concessão.....	950
13.9.2.8. Permissão.....	951
13.9.2.9. Autorização	952
13.9.2.10. Alvará	957
13.9.2.11. Dispensa.....	957
13.9.2.12. Renúncia.....	958
13.9.3. Atos ordinatórios – medidas de ordem interior – medidas internas	958
13.9.3.1. Circular	961
13.9.3.2. Instrução	962

13.9.3.3.	Diretiva	963
13.9.3.4.	Ordem de serviço.....	964
13.9.3.5.	Ofícios	965
13.9.4.	“Atos administrativos normativos” ou “regulamentares”	965
13.10.	Discricionariedade e vinculação administrativas.....	966
13.10.1.	Precisão teórica-dogmática.....	966
13.10.2.	Vinculação administrativa	967
13.10.3.	Discricionariedade administrativa.....	969
13.10.3.1.	Reserva de administração	970
13.10.3.2.	CrITÉrios constitutivos e definição da discricionariedade administrativa	971
13.10.3.3.	MÉRito do ato administrativo	978
13.10.3.4.	Fundamentos lógico-jurídicos à discricionariedade administrativa.....	979
13.10.3.5.	Limites à atuação discricionária.....	979
13.10.3.6.	Elementos da discricionariedade administrativa.....	981
13.10.3.7.	Capacidade de agir a partir da discricionariedade	981
13.10.3.8.	Discricionariedade e arbitrariedade	982
13.10.3.9.	Vícios ligados à discricionariedade.....	983
13.10.3.10.	Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	984
13.10.3.11.	O problema da “discricionariedade técnica”	992
13.10.3.12.	Discricionariedade e o princípio da igualdade	997
13.10.3.13.	Discricionariedade e interesse público.....	999
13.10.3.14.	A ideia de se “superar” a dicotomia entre os atos puramente discricionários e vinculados.....	1001
13.10.3.15.	Discricionariedade seletiva e normativa.....	1002
13.11.	Planos do ato administrativo – existência, validade, eficácia e perfeição.....	1003
13.11.1.	Plano da existência do ato administrativo	1008
13.11.2.	Plano da validade do ato administrativo.....	1012
13.11.3.	Plano da eficácia do ato administrativo	1013
13.11.3.1.	Elementos que podem obstar a eficácia dos atos administrativos.....	1014
13.11.3.2.	O tempo dos atos administrativos.....	1017
13.11.4.	Plano da perfeição do ato administrativo.....	1020
13.12.	Sistema de nulidades do ato administrativo	1021
13.12.1.	Aplicação do sistema de nulidades do direito civil ao regime jurídico administrativo.....	1022
13.12.2.	Sistema de nulidades do regime jurídico administrativo	1026
13.12.2.1.	Perspectiva internacional.....	1027
13.12.2.2.	Perspectiva nacional.....	1028
13.12.3.	Espécies e possibilidades de nulidade do ato administrativo	1036
13.12.3.1.	Nulidade absoluta ou apenas nulidade.....	1041

13.12.3.2. Nulidade relativa ou apenas anulabilidade	1046
13.12.3.3. Irregularidade	1048
13.12.4. O problema da nulidade parcial	1048
13.12.5. Reaquisição da validade e ferramentas jurídicas de correção dos vícios jurídicos do ato administrativo.....	1049
13.12.5.1. Convalidação.....	1050
13.12.5.1.1. Formas de se convalidar um ato administrativo	1051
13.12.5.1.2. Pressupostos lógicos da convalidação.....	1052
13.12.5.1.3. Pressupostos jurídicos da convalidação – elementos nucleares.....	1053
13.12.5.1.4. A convalidação seria ato vinculado ou discricionário?.....	1054
13.12.5.1.5. Legitimados a praticarem a convalidação	1055
13.12.5.2. Conversão	1056
13.12.5.3. Estabilização	1057
13.12.5.4. Decadência	1058
13.12.5.4.1. Pressupostos jurídicos da decadência – elementos nucleares .	1060
13.12.5.4.2. Decadência administrativa do direito de reconhecer nulidade que deriva da violação de norma constitucional.....	1061
13.12.6. Instituto da <i>pas de nullité sans grief</i> aplicado ao direito administrativo	1063
13.13. Extinção dos atos administrativos.....	1066
13.13.1. Extinção objetiva ou natural	1067
13.13.1.1. Quando há exaurimento dos efeitos	1068
13.13.1.2. Quando há o desaparecimento do sujeito beneficiário ou do objeto do ato administrativo.....	1069
13.13.2. Extinção subjetiva ou provocada.....	1069
13.13.2.1. Por ato do cidadão	1069
13.13.2.1.1. Renúncia.....	1069
13.13.2.1.2. Recusa.....	1070
13.13.2.2. Por retirada ou por ato da Administração Pública.....	1070
13.13.2.2.1. Revogação.....	1070
13.13.2.2.1.1. A peculiaridade do art. 71, § 2º, da Lei nº 14.133/21 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos	1073
13.13.2.2.1.2. Objeto da revogação dos atos administrativos.....	1074
13.13.2.2.1.3. Atos administrativos irrevogáveis ...	1075
13.13.2.2.1.4. Efeitos ex nunc (prospectivos) da revogação	1077
13.13.2.2.1.5. Forma da revogação.....	1078

13.13.2.2.1.6. Revogação da revogação do ato administrativo – efeito repristinatório.....	1078
13.13.2.2.1.7. Revogação e autolimitação administrativa.....	1079
13.13.2.2.1.8. Revogação de atos administrativos que geram vantagens ao particular.....	1081
13.13.2.2.2. Anulação.....	1082
13.13.2.2.2.1. Efeitos ex tunc (retroativos) da anulação.....	1086
13.13.2.2.2.2. Modulação dos efeitos da anulação do ato administrativo – declaração parcial de ilegalidade sem pronúncia de nulidade.....	1087
13.13.2.2.2.3. Diferenças entre a revogação e a anulação.....	1089
13.13.2.2.3. Cassação.....	1092
13.13.2.2.4. Caducidade ou decaimento.....	1093
13.13.2.2.5. Contraposição ou derrubada.....	1096
Capítulo 14 – Controle dos atos administrativos	1097
14.1. Evolução do controle dos atos administrativos no Brasil.....	1100
14.2. Classificação do controle dos atos administrativos	1102
14.2.1. Quanto ao âmbito de atuação do órgão que controla.....	1102
14.2.2. Quanto ao momento.....	1103
14.2.3. Quanto ao poder que pratica o ato.....	1104
14.2.4. Quanto ao controle feito entre a Administração Pública direta e indireta.....	1105
14.2.5. Quanto à iniciativa ou quanto à voluntariedade do controle	1105
14.2.6. Quanto ao conteúdo.....	1106
14.3. Controle da discricionariedade administrativa.....	1106
14.4. Controle judicial de atos políticos ou de governo	1117
14.5. Possibilidade ou não de o administrador público deixar de aplicar uma lei porque a considera inconstitucional.....	1118
14.6. Perspectiva contemporânea acerca do controle dos atos administrativos	1122
PARTE 3 – Processo administrativo, relações jurídico--administrativas bilaterais e exercício das funções administrativas	1125
TÍTULO I – PROCESSUALIDADE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	1125
Capítulo 15 – Processo administrativo	1125
15.1. Processo e procedimento.....	1126
15.2. Devido processo legal administrativo.....	1128
15.3. Fins do processo administrativo	1131

15.4.	Aplicabilidade das leis do processo administrativo	1131
15.5.	Classificações do processo administrativo.....	1134
15.6.	Processo administrativo federal – Lei nº 9.784/99	1135
15.6.1.	Princípios jurídicos aplicáveis ao processo administrativo.....	1135
15.6.2.	Direitos e deveres da Administração Pública e do cidadão	1136
15.6.3.	Início do processo administrativo	1137
15.6.4.	Legitimados ao processo administrativo.....	1139
15.6.5.	Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	1141
15.6.6.	Fases do processo administrativo	1146
15.6.7.	Decisão e motivação do processo administrativo.....	1147
15.6.7.1	Decisão coordenada	1152
15.6.8.	Decadência e convalidação	1154
15.6.9.	Fase recursal do processo administrativo	1154
15.6.10.	Contagem de prazos no processo administrativo.....	1159

Capítulo 16

Licitações públicas	1159	
16.1.	Evolução das licitações públicas.....	1159
16.2.	Licitações públicas no direito estrangeiro	1162
16.3.	Relevância das licitações públicas	1163
16.4.	Aspectos econômicos das licitações públicas	1164
16.5.	Previsão constitucional sobre as licitações públicas.....	1166
16.6.	Entidades e órgãos públicos submetidos à Lei nº 14.133/21	1167
16.6.1.	Entidades e órgãos públicos atingidos pela Lei nº 14.133/21	1167
16.6.2.	Entidades e órgãos públicos não atingidos pela Lei nº 14.133/21.....	1169
16.7.	Competência para legislar sobre licitações e contratos administrativos.....	1170
16.8. Conceito de licitação pública	1172	
16.9.	Natureza jurídica da licitação pública.....	1173
16.10.	Objeto da licitação pública.....	1174
16.11.	Objetivos das licitações públicas	1176
16.11.1.	Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública	1177
16.11.2.	Isonomia	1177
16.11.3.	Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexequíveis e com superfaturamento	1179
16.11.4.	Incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável	1179
16.12. Pressupostos da licitação pública	1181	
16.13. Princípios da licitação pública.....	1182	
16.14.	Contratação direta	1188
16.14.1.	Licitação dispensada	1188
16.14.2.	Licitação dispensável	1190
16.14.3.	Licitação inexigível	1202

16.15. Procedimentos licitatórios ou modalidades de licitação	1210
16.15.1. Fases ou etapas da licitação	1211
16.15.2. Espécies de procedimento ou modalidades.....	1216
16.15.2.1. Pregão e concorrência.....	1217
16.15.2.1.1. Forma dos procedimentos	1217
16.15.2.1.2. Modos de disputa	1218
16.15.2.1.3. Pregão	1220
16.15.2.1.4. Concorrência.....	1222
16.15.2.2. Concurso	1225
16.15.2.3. Leilão	1226
16.15.2.4. Diálogo competitivo.....	1227
16.15.2.4.1. Introdução	1227
16.15.2.4.2. Aplicação do diálogo competitivo	1228
16.15.2.4.3. Procedimento do diálogo competitivo.....	1229
16.16. Tipos de licitação ou critérios de seleção da proposta mais vantajosa	1232
16.17. Comissão de licitação, agente da licitação e agente de contratação.....	1234
16.17.1. Agente da licitação e agente de contratação.....	1234
16.17.2. Comissão de licitação.....	1236
16.18. Institutos relevantes nas licitações.....	1236
16.18.1. Exigência de amostras.....	1237
16.18.2. Certificados de qualidade.....	1237
16.18.3. Contratação integrada e semi-integrada	1237
16.18.4. Fornecimento e prestação de serviço associado.....	1240
16.18.5. Orçamento sigiloso.....	1241
16.18.6. Remuneração variável	1242
16.19. Procedimentos auxiliares.....	1243
16.19.1. Credenciamento	1243
16.19.2. Pré-qualificação.....	1244
16.19.3. Procedimento de manifestação de interesse	1247
16.19.4. Sistema de registro de preços.....	1248
16.19.5. Registro cadastral	1257
16.20. Microempresas e empresas de pequeno porte e a licitação pública.....	1258
16.21. Encerramento da licitação.....	1260
Capítulo 17 – Contratos administrativos	1261
17.1. Introdução e evolução do tema.....	1261
17.2. Perspectiva nacional e internacional.....	1263
17.2.1. A experiência francesa.....	1264
17.2.2. A experiência do <i>common law</i>	1268
17.2.3. A experiência alemã	1269
17.2.4. A experiência da União Europeia	1272
17.2.5. A experiência brasileira.....	1274

17.3.	Conceito de contratos administrativos.....	1275
17.3.1.	Elementos constitutivos do conceito.....	1276
17.3.1.1.	Elementos nucleares.....	1277
17.3.1.2.	Elementos completantes.....	1278
17.3.1.2.1.	Presença da Administração Pública como parte da relação contratual.....	1279
17.3.1.2.2.	Objeto do contrato administrativo compreende uma atividade e/ou função administrativa.....	1282
17.3.1.2.3.	Presença de cláusulas exorbitantes ou do regime derogatório.....	1283
17.3.1.2.3.1.	Origem.....	1283
17.3.1.2.3.2.	Definição das cláusulas exorbitantes ou regime derogatório.....	1284
17.3.1.3.	Sistematizando os elementos do contrato administrativo.....	1287
17.3.1.4.	Análise crítica – perspectiva contemporânea acerca dos contratos administrativos.....	1289
17.3.2.	Teoria da inexistência de contratos administrativos como categoria própria.....	1295
17.4.	Contratos da administração.....	1297
17.4.1.	Tratados internacionais.....	1299
17.4.2.	Convênios.....	1299
17.4.3.	Atos administrativos negociais.....	1303
17.5.	Competência para legislar sobre contratos administrativos.....	1305
17.6.	Características dos contratos administrativos.....	1305
17.6.1.	Contrato de adesão.....	1305
17.6.2.	Natureza personalíssima ou <i>intuitu personae</i>	1306
17.6.3.	Oneroso.....	1306
17.6.4.	Bilateral.....	1307
17.6.5.	Comutativo.....	1307
17.6.6.	Formal.....	1307
17.7.	Regime jurídico das prerrogativas do contrato administrativo.....	1307
17.7.1.	Mutabilidade do contrato.....	1307
17.7.1.1.	Causas de mutabilidade dos contratos administrativos.....	1309
17.7.1.1.1.	Álea administrativa.....	1309
17.7.1.1.1.1.	Alteração unilateral.....	1310
17.7.1.1.1.2.	Fato do príncipe.....	1314
17.7.1.1.1.3.	Fato da administração.....	1315
17.7.1.1.2.	Álea econômica.....	1316
17.7.1.1.2.1.	Situações relevantes no âmbito da álea econômica.....	1317
17.7.1.1.2.2.	Teoria da imprevisão.....	1318
17.7.1.2.	Limites à modificação dos contratos administrativos.....	1320

17.7.1.2.1. Equilíbrio econômico-financeiro	1323
17.7.1.2.2. Metodologia para se promover o reequilíbrio econômico-financeiro	1329
17.7.1.2.3. Formas de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro	1330
17.7.1.2.3.1. Revisão	1331
17.7.1.2.3.2. Repactuação.....	1332
17.7.1.2.3.3. Reajuste.....	1333
17.7.1.2.3.4. Sistematizando	1335
17.7.1.3. Matriz de risco.....	1337
17.7.2. Exigência de garantias.....	1338
17.7.3. Extinção unilateral dos contratos administrativos	1343
17.7.4. Fiscalização	1344
17.7.5. Aplicação de penalidades – sanções administrativas.....	1347
17.7.5.1. Procedimento para aplicação das sanções administrativas.....	1359
17.7.5.2. Prescrição das sanções administrativas	1360
17.7.5.3. Comunicação das penalidades ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	1361
17.7.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica	1361
17.7.6. Restrições ao uso da exceção do contrato não cumprido.....	1362
17.7.7. Retomada do objeto.....	1364
17.7.8. Anulação do contrato e direito de indenização do contratado.....	1365
17.7.9. Antecipação de pagamentos	1368
17.8. Formalização	1369
17.9. Prazo dos contratos administrativos.....	1372
17.9.1. Premissas dogmáticas preliminares	1372
17.9.2. Prazos contratuais – regra geral e exceções.....	1373
17.9.3. Prazo de execução – prazo de entrega do objeto contratual e adimplemento	1375
17.9.4. Recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar instrumento equivalente	1376
17.10. Espécies de contrato administrativo.....	1377
17.10.1. Contrato de obra pública.....	1379
17.10.2. Contrato de prestação de serviços em geral	1383
17.10.3. Contrato de fornecimento	1385
17.10.4. Contrato de delegação.....	1387
17.10.4.1. Contrato de concessão de serviço público.....	1388
17.10.4.2. Contrato de concessão de serviço público precedido de obra	1388
17.10.4.3. Contrato de permissão de serviço público.....	1389
17.10.4.4. Contrato de ocupação de bem público ou contrato de atribuição.....	1389

17.10.4.5. Parceria Público-Privada (PPP)	1390
17.10.4.5.1. Introdução	1390
17.10.4.5.2. Histórico das Parcerias Público-Privadas.....	1391
17.10.4.5.3. Natureza jurídica da Parceria Público-Privada.....	1392
17.10.4.5.4. Objeto da Parceria Público-Privada.....	1393
17.10.4.5.5. Características da Parceria Público-Privada.....	1393
17.10.4.5.6. Espécies da Parceria Público-Privada	1394
17.10.4.5.7. Remuneração do parceiro privado	1397
17.10.4.5.8. Licitação para Parceria Público-Privada	1398
17.10.4.5.9. Limites contratuais das Parcerias Público-Privadas	1399
17.10.4.5.10. Gestão das Parcerias Público-Privadas – Socieda- de de Propósito Específico – SPE	1401
17.10.4.5.11. Garantias às Parcerias Público-Privadas	1401
17.10.5. Outras espécies de contratos administrativos	1403
17.11. Execução dos contratos administrativos.....	1403
17.11.1. Subcontratação.....	1404
17.11.2. Recebimento do objeto do contrato administrativo.....	1407
17.12. Responsabilidade civil contratual.....	1408
17.13. Arbitragem em contratos administrativos.....	1412
17.13.1. Evolução do tema.....	1413
17.13.2. Arbitragem no âmbito da Administração Pública – perspectiva contempo- rânea	1415
17.14. Extinção dos contratos administrativos.....	1415
17.14.1. Extinção pela execução do contrato – cumprimento.....	1417
17.14.2. Extinção por inexecução do contrato – resolução	1417
17.14.2.1. Resolução voluntária.....	1417
17.14.2.2. Resolução involuntária	1418
17.14.3. Extinção por vontade das partes – resilição.....	1418
17.14.4. Extinção por ocorrência de ilegalidade – anulação	1420
Capítulo 18 – Entidades em colaboração com o Estado – Terceiro Setor	1420
18.1. Introdução – os Setores.....	1420
18.2. Entes privados associados em colaboração com o Poder Público.....	1422
18.2.1. Organização Social (OS).....	1423
18.2.2. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	1426
18.2.3. Organização da Sociedade Civil (OSC).....	1427
18.2.3.1. Instrumentos para celebração de parcerias entre o Poder Pú- blico e as organizações da sociedade civil	1431
18.2.3.2. Chamamento público	1432
18.2.3.3. Plano de trabalho	1433
18.2.3.4. Julgamento e homologação.....	1435
18.2.4. Serviços sociais autônomos, ou “Sistema ‘S’”, ou paraestatais	1435

18.2.5. Organização Gestora de Fundo Patrimonial (OGFP).....	1439
18.2.5.1. Conceito e finalidade	1439
18.2.5.2. Personagens ou instituições relacionadas e ajuste entre elas...	1439
18.2.5.3. Objeto da OGFP.....	1441
18.2.6. Escritório de Arrecadação e Distribuição (ECAD).....	1441
Capítulo 19 – Bens públicos ou domínio patrimonial.....	1442
19.1. Evolução do tema.....	1442
19.2. Definição jurídico-dogmática de “bem público”	1444
19.3. Classificação dos bens públicos.....	1448
19.3.1. Quanto à titularidade – critério subjetivo.....	1448
19.3.2. Quanto à finalidade ou à destinação – critério objetivo.....	1453
19.4. Características dos bens públicos.....	1456
19.4.1. Imprescritibilidade dos bens públicos.....	1458
19.4.2. Inalienabilidade dos bens públicos	1459
19.4.3. Impenhorabilidade dos bens públicos	1460
19.5. Uso de bem público por particular	1460
19.5.1. Uso oneroso ou remunerado, e uso gratuito ou não remunerado de bem público	1461
19.5.2. Uso normal ou ordinário, e uso anormal ou extraordinário de bem público ..	1464
19.5.3. Uso comum e uso especial, ou privativo, ou exclusivo de bem público	1465
19.5.3.1. Uso comum de bem público	1465
19.5.3.2. Uso privativo ou exclusivo	1466
19.5.3.2.1. Reconhecimento de uso de bem público	1467
19.5.3.2.2. Licença de uso de bem público	1467
19.5.3.2.3. Cessão de uso de bem público	1467
19.5.3.2.4. Autorização de uso de bem público	1468
19.5.3.2.5. Permissão de uso de bem público.....	1469
19.5.3.2.6. Concessão de uso de bem público	1469
19.5.3.2.7. Concessão de direito real de uso de bem público	1470
TÍTULO II – ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1473
Capítulo 20 – Serviços públicos	1473
20.1. Conceito de serviço público.....	1473
20.1.1. Critérios à definição de “serviço público”	1474
20.1.2. Sentidos ao termo “serviço público”	1477
20.1.3. Serviço público de “caráter constitucional” e serviço público de “caráter administrativo”	1478
20.1.4. Definição contemporânea de “serviço público”	1479
20.1.5. Criação de serviços públicos	1481
20.2. Serviço público no direito estrangeiro	1483
20.2.1. França.....	1483

20.2.2.	Alemanha.....	1487
20.2.3.	Itália	1489
20.2.4.	Estados Unidos e o “serviço de utilidade pública” ou “public utility”.....	1490
20.3.	Classificação dos serviços públicos	1491
20.3.1.	Quanto à amplitude das atividades	1492
20.3.2.	Quanto à titularidade	1492
20.3.3.	Quanto aos usuários ou à divisibilidade	1496
20.3.4.	Quanto à exclusividade da prestação.....	1498
20.3.5.	Quanto à natureza	1499
20.3.6.	Outras classificações	1500
20.4.	Princípios do serviço público.....	1500
20.4.1.	Princípio da continuidade do serviço público	1501
20.4.2.	Princípio da regularidade	1502
20.4.3.	Princípio da eficiência	1503
20.4.4.	Princípio da segurança.....	1503
20.4.5.	Princípio da atualidade	1503
20.4.6.	Princípio da generalidade	1503
20.4.7.	Princípio da cortesia	1504
20.4.8.	Princípio da modicidade das tarifas	1504
20.4.9.	Princípio da participação dos usuários do serviço público.....	1505
20.5.	Interrupção do serviço público	1507
20.6.	Aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078/90 – aos serviços públicos.....	1509
20.7.	Estatuto do Usuário de Serviços Públicos – Lei nº 13.460/17	1511
20.8.	Descentralização de serviço público.....	1514
20.8.1.	Descentralização por outorga e por delegação.....	1515
20.8.2.	Delegação de serviços públicos	1517
20.8.3.	Concessão, permissão e autorização de serviços públicos	1519
20.8.4.	Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de delegação.....	1524
20.8.5.	Política tarifária nas delegações de serviço público	1527
20.8.6.	Gestão da delegação – execução, terceirização, subconcessão, transferência.....	1528
20.8.6.1.	Subconcessão.....	1529
20.8.6.2.	Terceirização das atividades-meio	1530
20.8.6.3.	Transferência da delegação.....	1530
20.8.6.4.	Assunção do controle acionário da empresa	1532
20.8.7.	Extinção da delegação de serviços públicos	1532
Capítulo 21 – Intervenção do estado na propriedade alheia ou domínio eminente.....		1536
21.1.	Direito de propriedade e intervenção do Estado	1536
21.2.	Fundamento à intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1537
21.3.	Competência para legislar sobre a intervenção do Estado na propriedade alheia.....	1540

21.4.	Espécies de intervenção na propriedade alheia.....	1541
21.4.1.	Confisco.....	1542
21.4.1.1.	Conceito de confisco.....	1543
21.4.1.2.	Casos em que pode ocorrer confisco	1543
21.4.1.3.	Efeito do confisco	1543
21.4.1.4.	Objeto do confisco.....	1543
21.4.1.5.	Confisco de bem do terceiro de boa-fé	1544
21.4.2.	Desapropriação.....	1544
21.4.2.1.	Previsão normativa	1545
21.4.2.2.	Legitimidade no âmbito da desapropriação	1546
21.4.2.3.	Espécies de desapropriação.....	1550
21.4.2.3.1.	Desapropriação direta	1550
21.4.2.3.1.1.	Desapropriação ordinária	1550
21.4.2.3.1.2.	Desapropriação extraordinária	1551
21.4.2.3.2.	Desapropriação indireta	1553
21.4.2.4.	Objeto da desapropriação	1557
21.4.2.5.	Procedimento da ação de desapropriação.....	1559
21.4.2.6.	Juros e correção monetária na desapropriação.....	1567
21.4.2.7.	Honorários na desapropriação	1569
21.4.2.8.	Desapropriação por zona	1570
21.4.2.9.	Aquisição da propriedade pela desapropriação.....	1571
21.4.2.10.	Tredestinação, adestinação e desdestinação	1571
21.4.3.	Requisição administrativa	1577
21.4.4.	Limitação administrativa.....	1581
21.4.5.	Servidão administrativa	1584
21.4.6.	Tombamento	1587
21.4.7.	Ocupação temporária.....	1594
21.4.8.	Sistematizando	1596
21.5.	Autointervenção.....	1596
Capítulo 22 – Responsabilidade civil extracontratual do Estado	1596	
22.1.	Evolução da responsabilidade civil extracontratual do Estado	1597
22.1.1.	Irresponsabilidade civil do Estado.....	1598
22.1.2.	Responsabilidade civil do Estado	1599
22.1.2.1.	Teoria subjetiva – responsabilidade civil subjetiva	1600
22.1.2.2.	Teoria do risco administrativo – responsabilidade civil objetiva	1601
22.1.2.3.	Teoria do risco integral – responsabilidade civil integral.....	1602
22.2.	Legitimidade para ser responsabilizado.....	1607
22.2.1.	Direito de o Estado demandar, em regresso, o agente público causador do dano	1608
22.2.2.	Ação judicial proposta diretamente contra o agente público.....	1610
22.3.	Elementos dogmáticos da responsabilidade civil extracontratual e objetiva do Estado..	1613

22.3.1. Conduta.....	1613
22.3.2. Nexo de causa.....	1614
22.3.3. Dano.....	1619
22.4. Reparação.....	1620
22.5. Prescrição das pretensões de responsabilidade civil por dano extracontratual do Estado.....	1622
22.6. Casuística – análise de situações específicas.....	1624
22.6.1. Responsabilidade por atos lícitos e ilícitos.....	1624
22.6.2. Responsabilidade por ação ou por omissão.....	1626
22.6.3. Responsabilidade fora do campo de ação do poder executivo.....	1630
22.6.3.1. Responsabilidade por atos legislativos.....	1630
22.6.3.2. Responsabilidade por atos judiciais.....	1632
22.6.4. Falecimento de detento dentro de estabelecimento prisional.....	1634
22.6.5. Condições desumanas em estabelecimento prisional.....	1635
22.6.6. Fuga de preso e responsabilidade civil do Estado.....	1636
22.6.7. Responsabilidade civil do Estado em relação a atos lesivos praticados por notário ou registrador – delegado de função.....	1637
22.6.8. Responsabilidade civil da concessionária de serviço público.....	1638
REFERÊNCIAS.....	1639
ÍNDICE.....	1679